



CAPARÁO

CNPJ nº 07.063.924/0001-86

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, A PCH Caparaó com capacidade instalada total de 4,5 MW, e a comercial plena em 22,8 MWh/ano, beneficiando aproximadamente 34 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2012 foi de R\$ 4,2 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 1,3 milhões. A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)
Ativo
Circulante
Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber
Impostos a compensar
Despesas antecipadas
Adiantamento a funcionários
Não circulante
Ativos vinculados - BNDES
Imobilizado
Diferido
Total do ativo
Passivo
Circulante
Fornecedores
Obrigações trabalhistas e previdenciárias
Impostos e contribuições a recolher
Provisão para férias e 13º salário
Outros passivos
Dividendos a pagar
Financiamentos
Não circulante
Financiamentos
Patrimônio líquido
Capital social
Reserva legal
Reserva de dividendos adicionais propostos
Reserva especial
Reserva de retenção de lucros
Total do passivo

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)
Receita líquida de vendas
Custos da venda de energia
Meio ambiente
Operação e manutenção
Taxas setoriais
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)
Seguros
Depreciação e amortização
Lucro bruto
Despesas operacionais
Despesas administrativas e gerais
Outras despesas operacionais
Lucro antes do resultado financeiro
Receitas financeiras
Despesas financeiras
Resultado financeiro
Lucro antes dos impostos
Imposto de renda
Contribuição social
Lucro líquido do exercício
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$
Quantidade de ações ao final do exercício

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)
Reservas de lucros
Capital social
Reserva legal
Reserva de dividendos adicionais propostos
Reserva especial
Reserva de retenção de lucros
Lucros acumulados
Total

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Caparaó Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 369/1999 e 233/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dores do Rio Preto, no Espírito Santo, com capacidade de licença instalada de 4,5 Mw e uma linha de transmissão de 10,5 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar do mês de dezembro de 2008. Em 30 de dezembro de 2008, através do Despacho ANEEL nº 4.828, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, respectivamente, ambas com potência instalada de 2,25 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 4,5 Mw e energia assegurada de 22,8 MWh. O termo de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2009. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. Resumo das principais práticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalente de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em dezembro de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com os dos requerimentos do CPC 04 e OCP 05. Autorização e indenização: A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa no.1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. f. Valor recuperável de ativos: O imobilizado e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. g. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. h. Apuração do resultado: o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. i. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. k. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. l. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. m. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)
1. Receita bruta de vendas
Vendas de mercadorias, produtos e serviços
2. Insumos adquiridos de terceiros
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros
3. Valor adicionado bruto (1-2)
4. Depreciação e amortização
5. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)
6. Valor adicionado recebido em transferência
Receitas financeiras
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)
8. Distribuição do valor adicionado
Pessoal
Remuneração direta
Benefícios
F.G.T.S
Impostos, taxas e contribuições
Federais
Estaduais
Municipais
Remuneração de capitais de terceiros
Juros
Aluguéis
Outras
Remuneração de capitais próprios
Dividendos
Lucros retidos

a. Composição do imobilizado:
31/12/12
31/12/11
Taxa média ponderada de depreciação % (*)
Custo
Depreciação acumulada
Líquido
Líquido

b. Movimentação do custo:
Saldo em 31/12/10 (reapresentado)
Adições
Baixas
Transferências
Saldo em 31/12/11

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

c. Movimentação do custo no período:
Descrição
31/12/11
Adições
Baixas
31/12/12
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos
Turбина hidráulica
Condutor forçado
Gerador
Comporta
Subestação unitária
Casa de força produção hidráulica
Reservatório, barragem, adutora
Adiantamento a fornecedores
Outros

9. Diferido: Os gastos pré-operacionais R\$82 em 31 de dezembro de 2012 (R\$170 em 31 de dezembro de 2011) incluem basicamente despesas administrativas e de remuneração e encargos dos funcionários e da Administração, os quais estão sendo amortizados pelo prazo de cinco anos desde dezembro de 2008. 10. Transações com partes relacionadas: O controle final da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energia S.A. e Eletrotriv S.A.), visto que estes são acionistas diretos da Brasil PCH S.A. (controladora direta da PCH Participações S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de distribuições de dividendos da Companhia para sua controladora.

Passivo circulante
PCH Par Participações S.A - Dividendos a pagar
Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R\$60 (R\$50 em 2011). A Diretoria da Companhia é composta por dois diretores com remuneração anual de R\$29 mil.
11. Financiamentos:
Indexador
31/12/12
31/12/11
BNDES
Principal
Encargos
Total
Parcela de curto prazo
Parcela de longo prazo
Total

**CAPARAO**

CNPJ nº 07.063.924/0001-86

Em 13 de abril de 2006, a Companhia, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados da dívida divididos pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. **Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante**

	Total
2014	1.065
2015	1.065
2016	1.065
2017	1.065
2018	1.065
2019 a 2021	3.192
	8.517

Mutação dos financiamentos em 2012

Saldo inicial	10.956
Encargos provisionados	933
Pagamentos	(2.124)
Saldo final	9.765

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Caparaó Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco do Brasil S.A., que atuará como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2012:

Patrimônio líquido	13.996
Total do ativo	25.112
ICP	55,73%

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **12. Patrimônio líquido:** a. Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$12.742. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$12.742 e está representado por 5.245.272 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b. Reservas: **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. **Reserva especial:** Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76. **Reserva de retenção de lucros:** Constituída com o objetivo de

registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c. Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2012, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$893, resta um saldo a pagar de R\$225 mil. Os dividendos referentes ao exercício de 2012 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	1.268
(-) Reserva legal	(64)
(=) Base de cálculo do dividendo	1.204
Dividendos obrigatórios	301
(-) Reserva especial	178
(-) Dividendos obrigatórios a pagar	123
(-) Reserva de retenção de lucros	903

13. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta	4.219	3.904
Venda de energia elétrica	4.219	3.904
Deduções à receita operacional	(27)	(25)
PIS	(127)	(117)
COFINS	(154)	(142)
Receita operacional líquida	4.065	3.762

	31/12/12	31/12/11
15. Despesas administrativas, gerais e outras operacionais:		
Despesas com pessoal operacional	143	84
Despesas com pessoal administrativo	88	52
Serviços de terceiros (auditoria e consultorias)	80	33
Viagens	5	16
Publicação	2	1
Arrendamentos e aluguéis	13	6
Outras despesas	35	17
	366	209

	31/12/12	31/12/11
16. Resultado financeiro:		
Despesas financeiras:	(955)	(1.105)
Despesas bancárias	(8)	(43)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(933)	(1.062)
Outras despesas	(14)	-
Receitas financeiras:	70	87
Rendimentos de aplicações em renda fixa	69	87
Outras receitas	1	-
Resultado financeiro	(885)	(1.018)

17. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/12		31/12/11	
	IR (*)	CSLL	IR (*)	CSLL
Receita bruta	4.219	4.219	3.904	3.904
(-) Descontos incondicionais (ajuste financeiro)	-	-	(16)	(16)
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	70	70	87	87
Base de cálculo	408	576	398	554
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	78	52	76	50

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. **18. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data.

Operação	Risco	Cenário			
		Real	Provável	Possível	Remoto
Aplicação Financeira	Baixa do CDI	48	51	51	50
Ativos Vinculados ao BNDES	Baixa do CDI	530	568	558	549

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia considera que os instrumentos financeiros passivos não representam riscos relevantes, uma vez que, conforme cláusula específica do contrato firmado junto ao BNDES, a variável de risco inerente à operação, a TJLP, não poderá ser superior a 6%. **19. Cobertura de seguro:** Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$1.582, com vigência até 28 de abril de 2013, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerada suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **Seguro de operação:** Em 28 de abril de 2012, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$25.134, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Esse seguro ainda está sendo endossado pela seguradora, porém, a Companhia está coberta desde a sua entrada em operação. **20. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2013.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Abelardo Martins de Mello - Diretor; **Márcio Barata Diniz** - Diretor
Contador: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Caparaó Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações contábeis da Caparaó Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação

da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 8, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$2.486 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$713 mil. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caparaó Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data. **Outros assuntos:** **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos

mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:** As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo a seguinte modificação de opinião: "Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia calculou a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o ativo imobilizado e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$1.770 mil e o lucro do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$603 mil".

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013

Deloitte.Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida

Contador

CRC 1RJ 036.206/O-5